

18

Diários de Classe: a Construção do Currículo Indígena

19

A Escola de Aprendizes Artífices no Estado da Paraíba: Processos Disciplinares e de Reordenamento para o Trabalho Assalariado no Nordeste (1910-1940)

20

Avaliação da Atuação dos Professores de 2º Grau nas Disciplinas de Matemática, Química, Física e Biologia na Microrregião do Médio Vale do Itajaí/SC

21

Convivendo com os Usos da Escrita antes da Escola

22

Acompanhamento da Implementação da Proposta de Orientação Educacional no Sistema de Ensino do Distrito Federal

23

A Supervisão Escolar e o Processo de Alfabetização: um Estudo de Caso em uma Escola Pública de Porto Alegre

24

Educar, Instruir e Civilizar: Contribuição à História da Educação Infantil em Minas Gerais

25

O Estágio em Quatro Tempos

26

Proposta de Ensino de Química Compatível com as Características das Cidades Periféricas da Grande Porto Alegre

27

Características da Pesquisa Educacional: Chile, México, Estados Unidos e Brasil

28

Recursos Financeiros e Educação no Poder Público Municipal: o Caso de Belo Horizonte

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETARIA EXECUTIVA DO MEC

José Henrique Paim Fernandes

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

Reynaldo Fernandes

**DIRETORIA DE TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
(DTDIE)**

Oroslinda Maria Taranto Goulart

Recursos Financeiros e Educação no Poder Público Municipal: O Caso de Belo Horizonte*

Denilton Ferreira Varandas (Coordenador)**

A educação é a mais efetiva, propulsora e criadora das forças econômicas.

RESUMO

Este artigo é uma síntese da pesquisa Recursos Financeiros e Educação no Poder Público Municipal: o caso de Belo Horizonte, que teve como objetivos identificar e analisar a estrutura de recursos financeiros do poder público municipal de Belo Horizonte, no setor educacional de 1º grau, e analisar os indicadores de qualidade de ensino nas redes municipal e estadual de Belo Horizonte. Trata-se de pesquisa estatística aplicada à educação, que coletou e sistematizou indicadores de qualidade de ensino sugeridos por profissionais da área. No relatório da pesquisa encontra-se um estudo sobre a política educacional brasileira, desde a Constituição de 25 de março de 1824, com maior ênfase para as medidas políticas adotadas por Minas Gerais, a partir de 1964. De um universo de 348 escolas de 1º grau, 126 municipais e 222 estaduais, foram extraídas duas amostras de tamanho 46, pelo processo de Amostragem Sistemática, estratificada em dois estratos – escolas municipais e estaduais, método de Lahiri (apud Cochran, 1977). Identificaram-se três pontos nevrálgicos: poucos recursos, péssimos salários e reprovação alarmante, que, aliados à rotatividade docente, planejamento e avaliação Pião adequados da escola e do professor, pouco incentivo à qualificação docente; influíram negativamente na qualidade do ensino nos anos 80.

INTRODUÇÃO

No mundo atual não haverá progresso, não haverá ordem, para países que já não venham investindo ou que não investirem com urgência e seriamente em educação. A ausência de tais investimentos tem sido uma das mais fortes razões que explicam o porquê de o Brasil não ter apresentado, nas últimas décadas, um crescimento harmonioso.

Enquanto assistimos ao progresso econômico e social vertiginoso de países que há bem pouco tempo decidiram investir intensamente em educação principalmente na Ásia, países com menor potencial que o nosso, mas que perceberam que o melhor investimento é aquele que se faz no ser humano, educando-o objetivamente e adequadamente no Brasil, a política econômica perversa, que permite uma concentração de renda vergonhosa cada vez mais nas mãos de poucos, tem provocado verdadeiro caos na educação, na saúde, no nível de emprego, na segurança, nos transportes, enfim, na ordem econômica e social.

A pesquisa *Recursos financeiros e educação no poder público municipal: o caso de Belo Horizonte* surgiu da vontade de, de alguma forma, examinar o que estava ocorrendo na aplicação de recursos financeiros na escola de 1º grau pública de Belo Horizonte, e o período escolhido foi a década de 80.

* Publicado originalmente na Série Documental/Relatos de Pesquisa, n. 28, julho de 1995, como artigo-síntese, exigência do convênio de financiamento de pesquisa nº 30/92, firmado entre o Inep e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja conclusão se deu em março de 1995.

** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Limitações no financiamento levaram a fixar os seguintes objetivos:

- 1) identificar e analisar a estrutura de recursos financeiros (receitas e despesas) do poder público municipal de Belo Horizonte, no setor educacional de 1º grau;
- 2) analisar os indicadores de qualidade de ensino, nas redes municipal e estadual de 1º grau de Belo Horizonte.

No relatório final de pesquisa encaminhado ao Inep, em dezembro de 1994, pode ser encontrada uma descrição mais detalhada dos resultados (Varandas, 1994).

Na revisão bibliográfica foi feito um estudo sobre a política educacional no Brasil, à luz das diversas constituições, desde a Constituição de 25 de março de 1824, e um exame sucinto do que ocorreu no setor educacional de Minas, Gerais, a partir de 1964. Destaca-se aí a implantação, a partir de 1985, do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) nas escolas de 1º grau da rede estadual que, entre outros pressupostos, objetivou a democratização da escola e aglutinou as atividades de 1º e 2º séries do 1º grau, visando principalmente reduzir a alta taxa de reprovação na 1ª série.

Este artigo está organizado em seis seções, das quais esta introdução é a primeira. Na seção 2 são apresentados os indicadores de qualidade de ensino. A seção 3 é dedicada à caracterização da população e amostragem. O

questionário definitivo e sua respectiva análise são tratados na seção 4. A seção 5 é dedicada a uma avaliação de recursos financeiros oficiais no setor educacional público de 1º grau de Belo Horizonte. Finalmente na seção 6, estão apresentadas as principais conclusões.

INDICADORES DE QUALIDADE DE ENSINO

A decisão sobre quais parâmetros seriam utilizados para medir a qualidade do ensino foi baseada na opinião de 17 pessoas, entre especialistas em educação, economistas, diretores de órgãos públicos municipais e estaduais da área da educação e presidentes de sindicatos ligados ao magistério, consultadas através de questionário.

O retorno foi bastante significativo, e a qualidade das respostas permitiu escolher os indicadores de qualidade de ensino, norteadores deste estudo.

As variáveis sugeridas para se entender o conceito de qualidade de ensino foram agrupadas em três categorias: Investimento, Pessoal e Planejamento que aparecem na Tabela 1. A coluna "respondentes" indica a porcentagem em que a variável foi apontada como fator de qualidade de ensino pelo respondente.

É de notar-se que as variáveis apontadas revelam um certo equilíbrio entre os diversos interesses dos respondentes, que, por suas distintas atuações, tenderam a focar a importância dentro da ótica em que atuam.

**Tabela 1 – Principais indicadores de qualidade de ensino levantados
Belo Horizonte – 1991**

(continua)

INDICADOR DE QUALIDADE	RESPONDENTES
INVESTIMENTO	
Despesas com expansão da rede escolar	90%
Despesas com reparação de prédios	90%
Despesas com aquisição e manutenção de equipamentos	80%
Despesas com aperfeiçoamento de professores	100%
Despesas com material e merenda escolar	100%
Despesas com assistência médica e odontológica	65%
Despesas com salário de professor por habilitação e tempo de serviço	100%

INDICADOR DE QUALIDADE	RESPONDENTES
PESSOAL	
Concursos para seleção do corpo docente	70%
Jornada de 40 horas semanais com vista ao trabalho coletivo	100%
Legislação assegurando o trabalho na escola e a participação em cursos e entidades de classe	87%
Rotatividade de pessoal docente (evitar excessos)	75%
Plano de Carreira para o pessoal docente e administrativo (aplicação efetiva)	95%
PLANEJAMENTO	
Avaliação constante do trabalho do professor e da escola	85%
Atendimento escolar: número de alunos versus população em idade escolar	50%
Crescimento da matrícula	70%
Participação dos pais nas atividades e decisões da escola	99%
Planejamento das atividades da escola	100%
Taxas de aprovação, repetência e evasão	97%

Fonte: Pesquisa exploratória.

Por outro lado, as variáveis apontadas por todos, aquelas indicadas com 100%, indicam certa convergência dos respondentes para a necessidade de um planejamento efetivo e constante das atividades da escola, passando por jornadas de trabalho bem definidas para o docente, salário digno e oportunidade de aperfeiçoamento docente e, ainda, a assistência ao educando.

Cabe observar aqui que, pedagogicamente, não é função da escola responsabilizar-se por merenda e material escolar, e muito menos pela saúde do educando. Isto é função da família e do Estado, através de outras estruturas. E competência do pai que pode e deve ser assistido pelo governo, a quem se atribuiu a responsabilidade de gerar empregos.

Todos sabemos que transformar a escola em um despreparado restaurante, em papelaria e livraria e em centro de saúde é obra de governos centralizadores que não tiveram e não têm competência para gerar emprego. Como toda emergência no Brasil tende a se prolongar indefinidamente e virar norma, parece que a escola está fadada a ter incluída a assistência ao aluno como função sua ainda por muito tempo,

o que, a meu ver, afeta a qualidade do ensino negativamente, além de abrir um caminho para negociatas, jeitinhos, imposição de livros, alimentação de má qualidade e escândalos de toda ordem que acabam afetando a credibilidade da escola.

A intenção não explicitada claramente de privatizar o ensino passa pela desmoralização do ensino público de um modo geral, com mais ênfase no momento para o de 1º e 2º graus, e uma das ações mais danosas e que realmente vem sendo intensificada é a de colocar-se como responsabilidade da escola pública funções que simplesmente não são de educar.

Paralelamente, avilta-se o salário do profissional do ensino, que é um dos mais baixos do planeta, colocam-se empresários do ensino privado na condução do ensino público e alardeia-se cada vez mais a péssima qualidade do ensino público.

A meu ver, a qualidade é mesmo muito ruim, mas não só do ensino público e sim do ensino de maneira geral, ou seja, da política educacional como um todo. As escolas particulares, que tiveram seu momento de

grande demanda e que hoje estão perdendo essa hegemonia em decorrência dos altos custos repassados aos usuários, através de excessos praticados na cobrança de mensalidades, não são melhores que as públicas. Apenas não se transformaram em restaurantes, centros de saúde, etc., ainda.

Se o ensino fosse de boa qualidade não haveria necessidade de intermediários entre o 2º e o 3º grau, ou seja, os cursinhos, sobretudo para alunos egressos das escolas de 2º grau particulares.

Está na hora de os governos federal, estadual e municipal, e também a sociedade brasileira, pensarem na educação como investimento e não como despesa, como investimento de médio e longo prazo capaz de definir em que mundo o Brasil vai ficar no próximo século: primeiro, segundo, enésimo?

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM

População

De acordo com dados fornecidos pelo Serviço de Legislação e Normas do Departamento de Organização Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e pelo Serviço de Informática da Primeira Delegacia Regional de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, existiam, em abril de 1991, 254 escolas estaduais, sendo 222 de 1º grau, e 133 escolas municipais, sendo 126 de 1º grau.

As escolas, tanto municipais quanto estaduais, estão agrupadas em 23 Núcleos Regionais, segundo informação do Serviço de Informática da Primeira Delegacia Regional de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, e apresentam a distribuição, por série, constante da Tabela 2

**Tabela 2 – Escolas municipais e estaduais de 1º grau
Belo Horizonte abril/ 1991**

ESPECIFICAÇÃO	ESCOLAS MUNICIPAIS		ESCOLAS ESTADUAIS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1ª a 4ª	91	72,2	122	54,9	213	61,2
1ª a 5ª	2	1,6	7	3,2	9	2,6
1ª a 7ª	2	1,6	2	0,9	4	1,1
1ª a 8ª	6	4,8	52	23,4	58	16,7
5ª a 8ª	25	19,8	39	17,6	64	18,4
TOTAL	126	100	222	100	348	100

Fonte: Serviço de Legislação e Normas Departamento de Organização Escolar da SME, Serviço de Informática da 1º DRE.

A rede estadual de ensino de 1º grau participa com 63,8% do total de escolas; em nível de séries, com 57,3% de 1ª a 4ª, com 77,8% de 1ª a 7ª, com 50% de 1ª a 8ª, com 89,6% de 1ª a 8ª e com 60,9% de 5ª a 8ª série.

A rede municipal de ensino de 1º grau participa com 36,2% do total de escolas; em nível de séries, com 42,7% de 1ª a 4ª, com 22,2% de

1ª a 5ª, com 50% de 1ª a 7ª, com 10,4% de 1ª a 8ª, e com 39,1% de 5ª a 8ª série.

Por outro lado, como também pode ser visto na Tabela 2, tanto no nível municipal quanto no estadual, as maiores porcentagens ficam por conta das escolas de 1ª a 4ª e de 1ª a 8ª série, com predominância para as escolas de 1ª a 4ª, respectivamente, 72,2% e 54,9%, notando-se

ainda um certo equilíbrio para as de 5ª a 8ª, respectivamente, 19,8% e 17,6%.

Desta forma, fica caracterizado o universo da pesquisa, ou seja, 348 escolas de 1º grau de Belo Horizonte, sendo 126 da rede municipal e 222 da rede estadual.

Amostragem

Tendo em vista o cadastro de todas as escolas de 1º grau de Belo Horizonte fornecido pela V Delegacia Regional de Ensino em maio de 1991, tanto das escolas estaduais quanto das municipais, que está organizado de acordo com os 23 Núcleos Regionais nos quais o município de Belo Horizonte está dividido, optou-se, para fins de distribuição das escolas do universo em estudo (escolas de 1º grau de Belo Horizonte), pela utilização do processo de Amostragem Sistemática, estratificada em dois níveis escolas municipais e escolas estaduais, para aplicação do questionário definitivo.

Em cada estrato selecionaram-se 46 escolas para compor a amostra, utilizando-se nesta etapa o método de Lahiri (apud Cochran, 1977).

A escolha deste número foi feita observando-se o custo de amostragem e o fato de as escolas estaduais e municipais de Belo Horizonte estarem distribuídas por 23 Núcleos Regionais.

O primeiro questionário (Questionário Piloto) foi elaborado com base nos indicadores de qualidade constantes da Tabela 1. A aplicação do Questionário Definitivo só foi possível graças à colaboração das Secretarias de Educação do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte e da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG.

A partir de janeiro de 1993 foi possível trabalhar a massa de dados, graças ao financiamento concedido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

A lista do universo de escolas está no relatório final da pesquisa (Varandas, 1994). Por

compromisso formal de sigilo, deixou-se de listar as escolas sorteadas para comporem as amostras.

QUESTIONÁRIO DEFINITIVO – ANÁLISE

Da escola e do prédio

Prédio

Das escolas estaduais pesquisadas, 82,1% apresentam prédios próprios, 10,7% apresentam prédios cedidos e 7,1% alugam os prédios. Para as escolas municipais, tem-se 93,3% com prédios próprios e 6,7% com prédios cedidos.

Do exame da situação física do prédio, constatou-se que:

– em 78,5% das escolas estaduais e em 66,67% das municipais houve reparos nos últimos 24 meses, entretanto, tais reparos se revelaram insuficientes. Conseqüentemente, aos serem indagados quanto à necessidade de reparos e em que aspectos, mais de 66% das escolas, em ambas as redes, disseram que “sim” devido, à necessidade de reforma geral;

– grande parte dos recursos utilizados nas reformas são oriundos de verbas públicas conjuntamente com verbas das escolas, e na rede estadual tem-se, além disso, boa parte das escolas utilizando apenas recursos públicos nessas reformas.

Salas de aula

A Tabela 3 apresenta as medidas sintetizadoras para as variáveis: número de salas, coeficiente de utilização das salas, classe com maior número de alunos, classe com menor número de alunos e predominância de alunos por classe.

Observa-se na tabela que em uma escola estadual o número de salas de aula é o dobro do número máximo observado para a rede municipal e que as duas redes de ensino se assemelham quanto ao número médio de alunos predominantes por classe. Esta última conclusão

é válida tanto para o número de alunos alojados nas menores classes quanto para as maiores classes.

O coeficiente de utilização médio das salas de aula apresentou-se elevado, acima de 91%, em ambas as redes.

Tabela 3 – Medidas sintetizadoras para as questões relacionadas às salas de aula para as redes estadual e municipal – Belo Horizonte – 1992

VARIÁVEIS	REDE	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MIN.	MAX.	Nº	OMISSOS
Número de salas	EE	17,21	15,00	10,39	1	48	28	0
	EM	13,60	13,00	4,24	7	23	15	0
Coef. de utilização	EE	91,75	100,00	14,18	50	100	28	0
	EM	94,73	100,00	13,60	50	100	15	0
Número de Alunos								
Na maior classe	EE	38,46	40,00	9,20	10	49	26	2
	EM	34,27	35,00	4,64	22	41	15	0
Na menor classe	EE	22,32	20,00	7,98	4	35	25	3
	EM	24,13	23,00	5,11	18	38	15	0
Mais freqüente por classe	EE	35,52	35,00	7,44	8	40	25	3
	EM	31,47	30,00	4,49	21	40	15	0

Fonte: Questionário da pesquisa.

Cinquenta e três por cento das escolas municipais declararam que o número de salas é adequado, 40% que não, e 6,7% nada declararam. Na rede estadual, 53,6% declararam que o número é adequado e as restantes afirmaram que não é adequado.

Quanto aos motivos da não adequação a predominância foi, em ambas as redes, devida à existência de poucas salas seguida do fato de as salas serem pequenas.

Atendimento à demanda

Quanto ao atendimento à demanda de matrículas novas em 1992, grande parte das escolas atenderam à demanda (57,14% na rede estadual e 60% na rede municipal) sendo que 10,71% das estaduais e 20% das municipais não declararam.

Entre as que responderam afirmativamente, houve predominância de vagas disponíveis para o atendimento dessa demanda na rede estadual; enquanto que na rede municipal a existência de vagas disponíveis se deve ao aumento do número de alunos por sala e à abertura de novas salas de aula. Entre as que responderam negativamente, a providência mais significativa, em ambas as redes, foi encaminhar os excedentes para, outras escolas.

Na Tabela 4 tem-se as medidas sintetizadoras para as variáveis: número de alunos matriculados em 1992, total de alunos em 1992, demanda de novos alunos em 1992 e número de alunos excedentes, juntamente com o índice referente ao atendimento das escolas obtido através da razão entre o número de alunos excedentes e a demanda de novos alunos de cada escola.

**Tabela 4 – Medidas sintetizadoras das questões relacionadas ao atendimento de alunos
Belo Horizonte – 1992**

VARIÁVEIS	REDE	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MIN.	MAX.	Nº	OMISSOS
Matrícula em 1992	EE	1.140,96	1.197,50	564,72	25	2300	28	0
	EM	903,27	928,00	465,77	62	1825	15	0
Total de alunos	EE	1.114,39	1.163,00	541,64	18	2234	28	0
	EM	918,40	966,00	422,46	355	1799	15	0
Demanda de 1992	EE	249,21	196,50	219,90	3	900	24	4
	EM	176,33	79,50	220,83	18	750	12	3
Número de alunos sem matrícula	EE	146,33	150,00	100,07	30	273	6	22
	EM	59,50	49,00	43,52	20	120	4	11
Índice de atendimento	EE	0,463	0,395	0,327	0,143	1	6	22
	EM	0,501	0,462	0,378	0,080	1	4	11

Fonte: Questionário da pesquisa.

Percebe-se na tabela anterior que os índices de atendimento à demanda para a rede estadual (39,5%) e para a rede municipal (46,2%) estão próximos, e em ambas as redes há a presença de escolas que apresentaram um índice de atendimento igual a 100%.

Do pessoal da escola

Turmas por supervisor

Para a rede estadual, tem-se que, em 32,1% das escolas, o número de turmas por supervisor é inferior a 10, em 17,9% esse número é superior a 20, em 39,3% esse número está entre 10 e 20 turmas, 10,7% não responderam.

Na rede municipal, tem-se que em 60% das escolas o número de turmas por supervisor é

inferior a 10, ficando o restante das escolas entre 10 e 20 turmas por supervisor.

Considera-se que, quando acima de 20 turmas por supervisor, a qualidade da assistência tende a piorar, prejudicando o trabalho desse especialista e, em consequência, o discente.

Situação do professor

A situação dos professores quanto ao desvio de função, à dobra de turno, à licença médica, à licença sem vencimentos, a suspensão, a requisição por outro órgão, à licença para frequentar curso e outros motivos se encontra na Tabela 5.

**Tabela 5 – Situação dos professores nas redes estadual e municipal
Belo Horizonte 1992**

SITUAÇÃO	REDE	NÃO (%)	SIM(%)	NÃO DECLARADO(%)	TOTAL(%)
Desvio de função	EE	57,1	25,1	17,9	100
	EM	26,7	40,0	33,3	100
Dobra de turno	EE	10,7	71,4	17,9	100
	EM	6,7	93,3	0	100
Licença médica	EE	17,9	64,3	17,9	100
	EM	26,7	46,7	26,7	100
Licença sem vencimento	EE	25,0	32,1	42,9	100
	EM	26,7	13,3	60,0	100
Suspenso	EE	46,4	3,6	50,0	100
	EM	20,0	0	80,0	100
Requisitado por outro órgão	EE	10,7	71,4	17,9	100
	EM	20,0	6,7	73,3	100
Licença para curso	EE	46,4	7,1	46,4	100
	EM	20,0	0	80,0	100
Outros	EE	7,1	53,6	39,3	100
	EM	13,3	13,3	73,3	100

Fonte: Questionário da pesquisa.

Observa-se na tabela que tanto na rede estadual quanto na municipal há uma maior porcentagem de professores em dobra de turno e em licença médica. Na rede municipal, verifica-se uma maior porcentagem de professores em desvio de função do que na rede estadual. Nas demais situações, tem-se que grande parte das escolas não declarou.

A dobra de turno não é aconselhável, pois desgasta o professor. No meu modo de entender, só deve ser utilizada em emergências, e isto talvez se aplique à rede municipal que só admite o docente por concurso.

Quanto à licença médica e ao desvio de função, entendo serem expedientes que devem ser evitados, pois causam prejuízos tanto financeiros quanto pedagógicos.

A porcentagem de escolas estaduais cujos professores, especialistas ou funcionários freqüentaram cursos de aperfeiçoamento em 1991 foi de 57,1%, contra 39,3% que não apresentaram tal situação e 3,6% que não declararam. Na rede municipal 73,3% freqüentaram e 26,7% não freqüentaram curso.

As medidas sintetizadoras para os índices de professores em desvio de função, em dobra de turno e em licença médica, tanto para a rede estadual quanto para a rede municipal, encontram-se na Tabela 6. Os índices para professores em licença sem vencimento, suspensos, requisitados por outro órgão, licenciados de para freqüentar curso e em outro tipo de licença não foram calculados, devido ao pequeno número de escolas municipais que declararam.

Tabela 6 – Medidas sintetizadoras dos índices referentes às situações anômalas em que se encontramos professores das redes estadual e municipal Belo Horizonte 1992

SITUAÇÃO	REDE	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MIN.	MAX.	Nº	OMISSOS
Desvio de função	EE	0,049	0,043	0,040	0,012	0,111	5	23
	EM	0,073	0,073	0,038	0,026	0,129	6	9
Dobra de turno	EE	0,134	0,091	0,150	0,011	0,610	17	11
	EM	0,133	0,130	0,070	0,035	0,250	12	3
Licença médica	EE	0,048	0,040	0,034	0,011	0,143	15	13
	EM	0,059	0,063	0,017	0,039	0,083	6	9

Fonte: Questionário da pesquisa.

A mediana de professores em dobra de turno para escolas municipais foi de 13% enquanto que para as estaduais tem-se 9,1%, entretanto, em uma escola estadual, tem-se que 61% de seus professores estão em dobra de turno.

Rotatividade docente

Em 57,14% das escolas estaduais existe rotatividade do pessoal docente, com grande parte dessa ocorrendo durante o semestre letivo, enquanto que em 37,51% das escolas não existe rotatividade e 7,14% não declararam. Para a rede municipal, tem-se que em 40% das escolas há rotatividade, sendo que em metade delas essa rotatividade ocorre nas férias.

Para evitar a rotatividade, 25% das escolas estaduais sugeriram melhorar o salário e 35,7% delas não responderam. Vinte por cento das municipais sugeriram que o professor morasse perto da escola e 73,3% delas não declararam.

Qualificação docente

A qualificação do pessoal docente é considerada adequada por 42,86% das escolas estaduais e 60% das escolas municipais; 7,14% e 6,67% dessas escolas, respectivamente, não declararam. Entre as que não consideram adequada a qualificação, grande parte das estaduais responsabiliza o despreparo do professor como causa dessa inadequação, enquanto grande parte das municipais responsabiliza a falta de interesse do professor.

A Tabela 7 apresenta as medidas sintetizadoras para o número de professores,

especialistas e funcionários que freqüentaram cursos de aperfeiçoamento em 1991.

Tabela 7 – Medidas sintetizadoras para o número de professores, especialistas e funcionários que se aperfeiçoaram – Belo Horizonte 1991

CATEGORIA PROFISSIONAL	REDE	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MIN	MAX	Nº	OMISSOS
Professores	EE	4,73	3	4,64	0	18	15	13
	EM	9,00	9	4,71	4	20	10	5
Especialista	EE	0,20	0	0,41	0	1	15	13
	EM	2,20	2	1,81	0	5	10	5
Funcionários	EE	0,13	0	0,35	0	1	15	13
	EM	0,89	0	2,67	0	8	9	6

Fonte: Questionário da pesquisa.

Professores efetivos e convocados

Informações sobre o número de professores efetivos e convocados em 1991 e 1992 nas redes estadual e municipal de Belo Horizonte se encontram na Tabela 8.

As informações referentes a convocação de professores pela rede municipal condizem com o que consta do Plano de Cargos e Salários do Pessoal da Prefeitura, que impede a convocação de professores. Todas as vagas são submetidas a concurso.

As medidas descritivas para os índices referentes ao número de professores que deixaram o quadro da escola em 1991 e para os que se integraram por remoção, nomeação ou lotação, convocação ou contrato, relotação e por outras formas, bem como para o total de professores em 1991 e para o total de

professores efetivos são representadas na Tabela 9.

De acordo com a tabela, a mediana de professores que se integraram à rede estadual através de contratação (32,5%) se destaca do índice apresentado pela Rede Municipal (9,2%), uma vez que na última a integração se dá através de concurso. Para os demais índices, as redes estadual e municipal se assemelham.

A Tabela 10 traz informações a respeito do número total de professores lotados nas escolas estaduais e municipais para os anos de 1991 e 1992.

Tanto na rede estadual quanto na rede municipal, os índices de movimentação de professores para o ano de 1992 apresentaram-se pequenos (vide também Tabela 11). Sob tal aspecto, pode-se dizer que essa movimentação

Tabela 8 – Informações sobre o número de professores efetivos, convocados e lotados Belo Horizonte 1991-1992

PROFESSOR	REDE	ANO	MÉDIA	MEDIANA	MIN	MAX	Nº	OMISSOS
Efetivo		1991	37,07	35	2	74	27	1
	EE	1992	36,11	34	0	75	28	0
	EM	1991	35,57	31	16	70	14	1
		1992	39,20	33	24	70	15	0
Convocado		1991	14,76	13	0	49	27	1
	EE	1992	17,68	14,5	0	52	28	0
	EM	1991	0	0	0	0	14	1
		1992	0,0	0	0	15	0	
Lotados no 1º semestre		1991	51,56	50	13	109	18	10
	EE	1992	47,44	42	17	118	23	5
	EM	1991	37,17	33	24	71	6	9
		1992	43,43	39	24	70	7	8

Fonte: Questionário da pesquisa.

será de pouca influência na qualidade de ensino dessas escolas.

Funcionários

Quando as escolas estaduais foram indagadas se o número de funcionários era suficiente, 7,14% responderam “sim” e 92,86%

disseram “não”, sendo que 50% dessa deficiência estão na área administrativa e de apoio. Nas escolas municipais, 26,67% disseram que o número de funcionários era suficiente e 73,33% disseram que “não”. Grande parte dessa deficiência está na área de apoio e na área administrativa conjuntamente com a área pedagógica.

Tabela 9 – Medidas descritivas sobre os índices de movimentação de professores para as redes municipal e estadual – Belo Horizonte 1991

MOVIMENTAÇÃO	REDE	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MIN.	MAX.	Nº	OMISSOS
Deixaram a escola	EE	0,094	0,102	0,083	0	0,279	18	10
	EM	0,135	0,120	0,110	0	0,292	6	9
Integraram-se por								
Remoção	EE	0,010	0	0,020	0	0,074	18	10
	EM	0,020	0	0,031	0	0,063	6	9
Nomeação lotação	EE	0,027	0,005	0,041	0	0,148	18	10
	EM	0,058	0,068	0,050	0	0,118	6	9
Convocação contrato	EE	0,322	0,271	0,325	0	1,366	18	10
	EM	0,038	0	0,092	0	0,225	6	9
Relotação	EE	0,001	0	0,003	0	0,012	18	10
	EM	0	0	0	0	0	6	9
Outras formas	EE	0	0	0	0	0	18	10
	EM	0	0	0	0	0	6	9

Fonte: Questionário da pesquisa.

Tabela 10 – Informações sobre o número de professores – Belo Horizonte 1991-1992

REDE	ANO	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MIN.	MAX	Nº	OMISSOS
Estadual	1991	52,00	49	25,52	2	96	27	1
	1992	53,43	49	25,15	1	116	28	0
Municipal	1991	35,57	31	13,89	16	70	14	1
	1992	39,20	33	14,53	24	70	15	0

Fonte: Questionário da pesquisa.

Tabela 11 – Medidas descritivas sobre os índices de movimentação de professores para as redes municipal e estadual – Belo Horizonte 1992

MOVIMENTAÇÃO	REDE	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MIN.	MAX.	Nº	OMISSO
Dispensa	EE	0,011	0	0,024	0	0,091	23	5
	EM	0	0	0	0	0	7	8
Licença	EE	0,038	0,029	0,038	0	0,107	23	5
	EM	0,015	0	0,021	0	0,053	7	8
Remoção	EE	0,010	0	0,019	0	0,063	23	5
	EM	0,056	0	0,090	0	0,231	7	8
Requisição	EE	0,006	0	0,018	0	0,074	23	5
	EM	0,002	0	0,006	0	0,016	7	8
Abandono	EE	0,014	0	0,028	0	0,107	23	5
	EM	0,006	0	0,011	0	0,026	78	5
Aposentadoria	EE	0,031	0,027	0,030	0	0,093	23	5
	EM	0,007	0	0,013	0	0,034	7	8
Outras formas	EE	0,016	0,027	0	0	103	23	5
	EM	0,013	0,026	0	0	0,069	7	8

Fonte: Questionário da pesquisa.

Verifica-se na Tabela 12 uma discrepância entre o número máximo de funcionários administrativos da rede estadual em relação à rede municipal. Conforme foi verificado na Tabela 6 a rede municipal tem uma maior porcentagem de professores em desvio de função que, possivelmente, justifica essa discrepância.

Do ensino

A Tabela 13 apresenta a distribuição dos períodos em que é feito o planejamento das atividades das escolas estaduais e municipais.

Planejamento das atividades da escola

Quanto à participação no planejamento das atividades da escola, tem-se que em 75% das escolas estaduais e 80% das municipais esse planejamento conta com a participação de diretores, supervisores, orientadores

educacionais e professores. Deve-se ressaltar que uma escola estadual não informou sobre essa participação.

Em 85,71% das escolas estaduais esse planejamento é avaliado; na rede municipal tem-se 100%. Uma escola estadual não declarou se o planejamento é avaliado ou não. Dentre as que responderam afirmativamente, a maior parte informou que esse planejamento é avaliado durante o semestre pelo diretor, supervisor, orientador educacional e professores.

Entre as escolas que não avaliam o planejamento, 10,71% das escolas estaduais, todas informaram que não o fazem devido à falta de supervisores e orientadores educacionais.

Quarenta por cento das escolas municipais e 35,71% das estaduais declararam que os pais participam do planejamento da escola. Dentre essas escolas, verifica-se que:

Tabela 12 – Medidas sintetizadoras para a composição do quadro de funcionários das redes municipal e estadual – Belo Horizonte – 1992

FUNCIÓNÁRIO	REDE	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MIN.	MAX.
Diretor	EE EM	1	1,0	1	1	1
Vice-diretor	EE EM	2,36 1	3 1	0,87 0	0 1	3 1
Supervisor	EE EM	2,25 2,80	2 3	1,48 1,01	0 1	5 4
Orientador	EE EM	1,32 1,33	1 1	0,91 0,62	0 0	3 2
Secretária	EE EM	0,79 0,93	1 1	0,63 0,26	0 0	3 1
Bibliotecária	EE EM	0,32 0,87	0 0	0,67 1,13	0 0	2 3
Outros (administrativos)	EE EM	10,46 2,93	7 2	10,77 3,13	0 0	37 8
Professor p1	EE EM	10,57 31,73	6,5 31	12,10 11,16	0 17	41 48
Professor p2	EE EM	6,89 5,73	6,5 0	8,08 9,90	0 0	28 33
Professor p3	EE EM	5,43 0	0 0	9,02 0	0 0	29
Professor p4	EE EM	6,64 0	5,5 0	7,07 0	0 0	25
Professor p5	EE EM	6,18 0	5 0	8,26 0	0 0	35
Professor p6	EE EM	2,89 0	1,5 0	4,80 0	0 0	17
Professor eventual	EE EM	2,04 2,73	2 2	1,64 1,03	0 2	5 5
Total de funcionários	EE EM	59,21 48,40	56 45	30,10 13,74	1 30	119 82

Fonte: Questionário da pesquisa.

Tabela 13 – Distribuição do período de planejamento das atividades das escolas municipais e estaduais – Belo Horizonte 1992

PERÍODO	ESTADUAL		MUNICIPAL	
	FREQÜÊNCIA	%	FREQÜÊNCIA	%
Primeiras semanas do semestre	13	46,4	2	13,3
Durante o semestre	11	39,3	12	80
Últimas semanas do semestre	2	7,1	0	0
Entre os semestres	1	3,6	0	0
TOTAL	28	100	15	100

Fonte: Questionário da pesquisa.

- em 50% das estaduais e em 33,3% das municipais essa participação se dá através de representação em colegiado;
- em 16,67% das municipais, essa participação se dá através de assembléias;
- 50% de ambas as redes declararam outras formas de participação que não foram explicitadas.

Algumas escolas não informaram se os pais participam ou não do planejamento tem-se dentre as estaduais 14,29% e dentre do as municipais 26,67% que não declararam.

Dentre as que informaram que os pais não participam do planejamento da escola, verifica-se que:

- 42,86% das estaduais justificaram como sendo devido à falta de interesse dos

pais, 28,57% devido à impossibilidade da escola e 21,43% devido a outros motivos não especificados;

- 20% das municipais justificaram como sendo devido à falta de interesse dos pais, 20% devido à impossibilidade da escola e 60% devido a outros motivos que não foram especificados.

Verificou-se que existem Associações de Pais em 75% das escolas estaduais e 73,33% das escolas municipais.

Em 92,86% das escolas estaduais e 86,67% das municipais, os pais participam em alguma instância de deliberação na escola. Grande parte dessa participação ocorre através de representação em colegiado, participação em assembléia e reuniões trimestrais.

Tabela 14 – Principais causas de reprovação

CAUSAS DA REPROVAÇÃO	REDE	PORCENTAGEM
Despreparo do professor	EE	0
	EM	6,7
Fatoreconômico e social	EE	10,7
	EM	20
Falta de interesse da família	EE	7,1
	EM	26,7
Problema psicossocial	EE	7,1
	EM	0
Salas cheias	EE	0
	EM	6,7
Sistema falho de ensino	EE	0
	EM	13,3
Todos	EE	71,4
	EM	26,7
Não declarado	EE	3,6
	EM	0

Fonte: Questionário da pesquisa.

Nota: A causa de reprovação "Todos" engloba todas as causas citadas acrescidas de "Falta de material escolar".

Em 75% das escolas estaduais, o número de reuniões foi inferior a 6, enquanto que em 75% das municipais o número de reuniões foi inferior a 10.

Avaliação do trabalho do professor

O trabalho do professor é avaliado em 82,14% das escolas estaduais e 100% das municipais; uma escola estadual não declarou e as demais não avaliam. Grande parte dessas avaliações é realizada durante o período. Aproximadamente em 13% das escolas onde ocorre avaliação, quer sejam estaduais ou

municipais, essa é feita apenas pelo diretor, supervisor e orientador, enquanto que nas demais incluem-se professores e pais.

Dentre as que não avaliam (escolas estaduais), 50% justificaram a não avaliação devido à falta de supervisor e orientador, em quanto que os 50% restantes alegaram que não o fazem por não haver cobrança oficial.

Reprovação

Questionadas sobre as principais causas da reprovação, obtiveram-se as respostas apresentadas na Tabela 14.

Tabela 15 – Principais causas de evasão

CAUSAS DA EVASÃO	REDE	PORCENTAGEM
Condução cara	EE	10,7
	EM	0
Fator econômico e social	EE	21,4
	EM	26,7
Escola precária	EE	3,6
	EM	6,7
Não participação da família	EE	10,7
	EM	6,7
Necessidade de trabalhar	EE	10,7
	EM	20
Problema psicossocial	EE	3,6
	EM	0
Todas	EE	35,7
	EM	33,3
Não declarado	EE	3,6
	EM	6,7

Fonte: Questionário da pesquisa.

Nota: A causa de evasão "Todas" significa todas as causas citadas atuando conjuntamente.

Evasão

As principais causas da evasão são apresentadas na Tabela 15.

Recursos financeiros da escola

A Tabela 16 revela que o recurso público é a principal fonte de recursos financeiros das escolas estaduais e municipais, como era

esperado. O recurso público mediano para a rede municipal apresentou-se inferior ao da rede estadual, percebe-se uma grande variação no montante desses recursos, tanto para a rede estadual quanto para a municipal.

Quanto às demais fontes de recursos, pode-se dizer que as duas redes de ensino se assemelham, uma vez que a diferença observada entre os valores medianos das duas redes estão próximos dos respectivos valores mínimos observados.

Tabela 16 – Medidas descritivas para os recursos das escolas estaduais municipais – Belo Horizonte (discriminação segundo fontes a preços de outubro de 1994)

FONTE	REDE	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	COEF. DE VARIAÇÃO	MIN.	MAX.	Nº
Recurso público	EE	16.273,6	12.633,2	12.693,7	0,78	4572	53 294,4	24
	EM	4.714,3	4.317,6	2.901,6	0,62	350,1	10 713,1	13
Contrib. Dos pais	EE	5.233,9	1.799,8	6.531,8	1,25	305,2	26 200,8	23
	EM	2.264,3	2.018,1	1.663,2	0,74	332,8	5 061,9	6
Festas e promoções	EE	2.876,6	1.311,1	3.331,3	1,16	78,4	11 569,3	15
	EM	2.669,4	1.757,5	2.280,0	0,84	559,9	7 615,6	11
Doações	EE	4.059,2	966,6	7.098,2	1,75	98	26 347,7	15
	EM	1.711,4	703	2.115,7	1,24	50	4 589,8	4
Taxas de documento	EE	1.861,6	423,9	3.301,3	1,77	1088	10 994,3	11
	EM	8.023,6	8.023,8	-	-	8.023,8	8 023,8	1
TOTAL	EE	26.477,5	23.210,9	1.621,1	0,61	4.971,9	65 990,2	24
	EM	916,9	7.435,4	6.195,4	0,67	2.751,7	23 305,9	13

Fonte: Questionário da pesquisa.

Percebe-se na Tabela 17 uma maior diferença entre os valores medianos das despesas com merenda escolar das duas redes de ensino de Belo Horizonte.

Uma possível justificativa para essa discrepância seria o fato de que, em 1986, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) assumiu o compromisso de repassar recursos à PMBH para a merenda da rede municipal. Os recursos repassados não permitiram a

manutenção da qualidade, gerando portanto uma menor despesa.

Quanto à despesa com material didático, retirando-se uma escola estadual cujo gasto foi muito modesto e outra cujo gasto foi excessivo, estabeleceu-se uma faixa de valores mais próxima da faixa observada para a rede municipal.

A despesa com material de higiene e limpeza de duas escolas estaduais se destaca das demais. Por isto elas também foram retiradas da amostra.

Tabela 17 – Medidas descritivas para as despesas das escolas estaduais e municipais Belo Horizonte 1991 (Discriminação segundo fontes a preços de outubro de 1994)

DESPESAS	REDE	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	COEF. DE VARIAÇÃO	MIN.	MAX.	Nº
Merenda escolar	EE	1.1236,9	8.463,2	11.236,9	8.463,2	11.236,9	33.879,9	22
	EM	331,9	3031	331,8	303,1	331,8	711	13
Material didático	EE	4.583,3	2.968,4	4.583,3	2.968,4	4.583,3	22.135,6	20
	EM	1.265,4	873,7	1.265,4	873,7	1.265,4	5.691,5	14
Máquinas e aparelhos	EE	1.481,3	439,9	1.481,3	439,9	1.481,3	4.799,3	11
	EM	206,3	1.713,6	206,3	1.713,6	206,3	6.297,5	12
Móveis e utensílios	EE	408,8	288,6	408,8	288,6	408,8	1.421,4	7
	EM	313,3	313,3	313,3	313,3	313,3	346,7	2
Outras	EE	4.333,4	1.679,8	4.333,4	1.679,8	4.333,4	18.282,4	17
	EM	2.663,4	5.721,1	2.663,4	5.721,1	2.663,4	18.408,6	14
MATERIAL DE:								
Construção reforma	EE	4.149,1	18.656,9	4.149,1	1.856,9	4.149,1	16.222,2	15
	EM	782,6	318,5	782,6	315,5	782,6	37.871,6	12
Higiene e limpeza	EE	1.209,5	943,2	1.209,5	943,2	1.209,5	7.599	23
	EM	325,8	202	325,8	202	325,8	12.722,2	10
Expediente	EE	808,5	626,5	808,5	626,5	808,5	3.708,4	18
	EM	653,9	212,4	653,9	212,4	653,9	3.324,1	9
TOTAL	EE	20.483,4	22.439,1	20.483,4	22.439,1	20.483,4	46.734,7	24
	EM	7.183,6	5721,1	7.183,6	5.721,1	7.183,6	33.879,9	14

Fonte: Questionário da pesquisa.

A Tabela 18 apresenta as medidas descritivas para as despesas cobertas pelos recursos financeiros das escolas estaduais e municipais de Belo Horizonte em 1991.

A discrepância entre as duas redes de ensino quanto à despesa com merenda escolar observada na Tabela 17, toma-se presente na Tabela 18, ocorrendo o mesmo para as despesas com material didático e com material de higiene e limpeza.

AValiação DE RECURSOS FINANCEIROS OFICIAIS NO SETOR EDUCACIONAL PÚBLICO DE 1º GRAU DE BELO HORIZONTE

Nesta seção tecem-se considerações despreziosas sobre uma pequena série temporal, do período 1983-1990, extraída de dados anuais fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, enfocando dois itens principais:

- Assistência ao educando.
- Ensino de 1º grau.

Tabela 18 – Despesas cobertas com recursos próprios das escolas Belo Horizonte 1991 (Valores a preços de outubro de 1994)

DESPESAS	REDE	MÉDIA	MEDIANA	DESvio PADRÃO	COEF. DE VARIAÇÃO	MIN.	MAX.	N
Merenda escolarer	EE	9.272,89	5.992,44	9.555,11	1,03	146,58	31.235,70	14
	EM	290,66	290,66	40,73	0,14	261,86	31946	2
Material didático	EE	5.283,73	4.747,76	3.672,63	0,70	199,97	11.942,80	20
	EM	48,41	369,33	353,79	0,73	201,82	880,95	30
Máquinas e aparelhos	EE	344,60	299,96	82,62	0,24	293,90	439,94	3
	EM	3.467,29	4.093,24	1.488,29	0,43	1.768,27	4.540,38	3
Móveis utensílios	EE	206,22	206,23	97,26	0,47	137,46	275	2
	EM	279,96	279,96	279,96	-	-	279,96	1
Outras	EE	2.194,57	1.895,59	1.773,36	0,81	324,09	5.703,78	10
	EM	2.155,61	2.155,61	2.119,44	0,98	656,94	3.654,27	2
MATERIAL DE:								
Construção reforma	EE	10.235,64	2.944,12	14.213,12	1,39	736,38	47.308,31	13
	EM	1.084,36	1.537,76	885,49	0,82	63,09	1.651,33	3
Higiene e limpeza	EE	1.146,92	1.015,76	716,60	0,63	47,03	3.042,51	18
	EM	179,86	179,86	140,26	0,78	80,68	279,03	2
Expediente	EE	1.180,89	867,11	1.145,81	0,97	142,78	3.304,79	9
	EM	1.246,25	212,39	1.799,50	1,44	202,23	3.324,01	3
TOTAL	EE	19.580,10	14.795,68	15.562,21	0,80	4.599,37	63.451,14	21
	EM	6.094,81	6.625,24	4.354,18	0,71	357,07	10.771,70	4

Fonte: Questionário da pesquisa.

Metodologia

A metodologia utilizada para deflacionar os dados foi a seguinte:

1) determinaram-se os valores correntes ajustados dividindo-se por um milhão os dados originais do período 1983-1985 e por 1.000 (um mil) os dados originais do período 1986-1988, especialmente para corrigir as divisões por 1.000 ocorridas no período (planos econômicos governamentais);

2) encontrou-se o índice médio (médias anuais), uma vez que os valores fornecidos pelo Tribunal de Contas são anuais;

3) após a determinação das médias anuais, achou-se um valor "k" anual, dividindo-se o IGP de fevereiro de 1992 com base em dezembro de 1989 pela média anual do ano correspondente;

4) para achar os resultados a preços constantes, de outubro de 1994, multiplicou-se o valor corrente ajustado no ano pelo seu respectivo "k".

O índice utilizado foi o índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (IGP/FGV).

A Tabela 19 dá os recursos aplicados na Assistência ao Educando, a preços constantes

de outubro de 1994, no período 1983-1990, e mostra quedas acentuadas nos anos de 1987, 1988 e 1989, e um elevado crescimento em 1990.

**Tabela 19 – Recursos aplicados na assistência ao educando
(Valores em reais constantes de outubro de 1994.)**

ANO	ADMINISTRAÇÃO	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO				TOTAL	INCREMENTO ANUAL
		ENSINO REGULAR	ALIMENTAÇÃO	BOLSAS	MATERIAL PEDAGÓGICO		
1983	19.559,59	-	-	2.895,96	-	22.455,55	-
1984	6.959,44	1.140,16	23.647,30	4.397,78	1.169,78	37.314,47	66,70
1985	8.251,55	2.633,76	34.093,35	7.500,99	559,50	53.039,16	42,40
1986	9.050,85	27.793,44	53.079,40	18.449,24	5.951,07	114.323,99	115,55
1987	4.671,27	2.520,32	30.876,87	6.999,68	982,70	46.050,84	-59,72
1988	3.264,40	970,52	20.944,47	6.542,73	275,55	31.997,67	-30,52
1989	934,83	3.742,17	10.717,27	3.048,48	1.858,62	20.301,36	-36,55
1990	23.274,63	13.488,07	6.747,67	4.737,32	48.818,39	147,47	
TOTAL	75.966,56	52.288,44	180.106,33	54.572,18	11.367,92	374.301,43	

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A Tabela 20 mostra os valores aplicados na estrutura do ensino de 1º grau em Belo Horizonte, também a preços constantes de

outubro de 1994, e aponta quedas acentuadas dos recursos, nos exercícios de 1987 e 1990.

**Tabela 20 – Recursos aplicados no ensino de primeiro grau
(Valores em reais constantes de outubro de 1994.)**

ANO	ENSINO REGULAR	CONSTRUÇÃO DE UES	ADMINISTRAÇÃO DE UES	TOTAL	INCREMENTO ANUAL
1983	359.098,94	359.098,94	...
1984	309.073,35	6.766,95	...	135.840,30	-1205
1985	400.932,35	59.794,14	27.056,34	487.782,83	54,44
1986	461.318,79	136.218,69	23.152,17	620.689,64	27,25
1987	396.851,15	31.095,95	6.780,60	434.827,71	-29,96
1988	345.357,63	41.732,45	3.122,80	390.212,87	-10,24
1989	516.802,08	21.301,53	5.087,94	543.191,53	39,20
1990	...	165.224,07	8.368,67	173.592,75	-68,04
TOTAL	2.789.434,29	462.133,78	73.568,52	3.325.136,59	-

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O Gráfico 1 compara o incremento dos recursos aplicados no período em tela, tanto na assistência ao educando quanto no ensino de 1º grau, e demonstra que as aplicações no ensino de 1º grau, apesar de mais equilibradas, foram modestas no período. Um exemplo desta afirmação pode ser dado através das taxas médias de crescimento anual que revelam um

crescimento de recursos de 7,94% na assistência ao educando e um crescimento negativo de 7,37%, no ensino de 1º grau.

A Tabela 21 apresenta o volume de recursos médios aplicados por ano, por aluno, no ensino de 1º grau em Belo Horizonte, no período de 1983 a 1989.

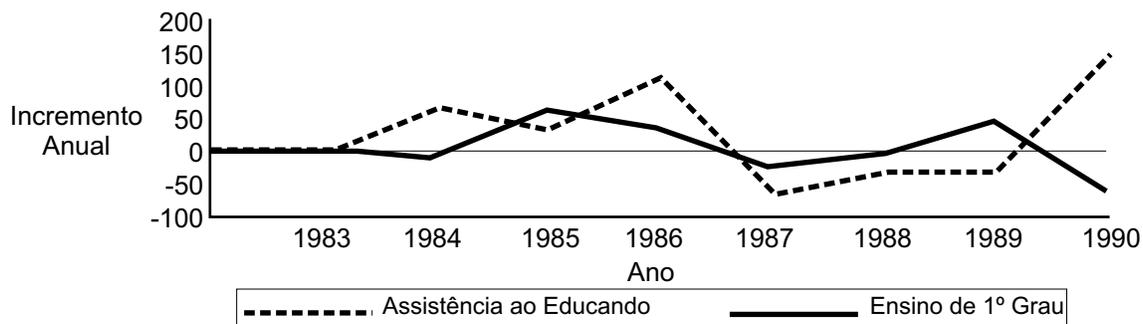


Gráfico 1 – Evolução dos recursos aplicados Ensino de 1º Grau X Assistência ao Educando

Tabela 21 – Recursos aplicados por aluno, por ano, na escola de primeiro grau em Belo Horizonte (Valores constantes de outubro de 1994)

ANO	MATRÍCULA FINAL		TOTAL	RECURSOS FINANCEIROS	VALORES CONSTANTES POR MATRÍCULA
	ESTADUAL	MUNICIPAL			
1983	167.067	82.053	249.120	38.155.449	153
1984	170.934	83.590	254.524	35.315.477	139
1985	176.428	85.091	261.519	54.082.198	207
1986	172.858	90.363	263.221	73.501.364	279
1987	184.238	96.828	281.066	48.077.855	171
1988	185.928	102.316	288.244	42.221.054	146
1989	187.604	104.222	291.826	56.349.291	193
TOTAL	1.245.057	644.463	1.889.520	347.702.688	184

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

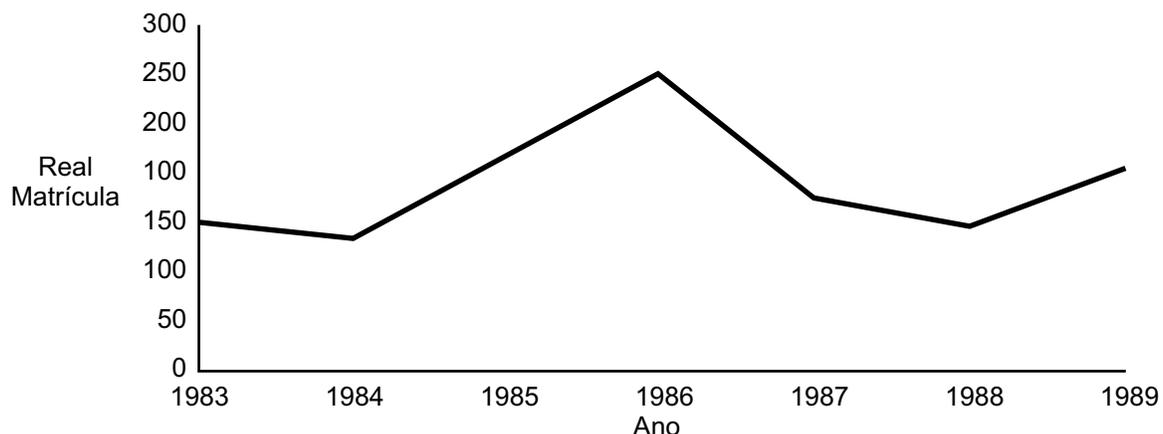


Gráfico 2 – Recursos Aplicados/Matrícula – Evolução de 1983 a 1984

A coluna “recursos financeiros” engloba os totais das aplicações na assistência ao educando e no ensino de 1º grau.

Na última coluna foram colocados os recursos médios anuais aplicados por aluno, por

ano, nas escolas de 1º grau de Belo Horizonte, na década de 80.

Se se comparar esses valores com os das mensalidades praticadas, pela rede particular de 1º grau de Belo Horizonte, verifica-se a grande

carência da escola pública, o que revela a falta de compromisso do governo e da sociedade com a qualidade de ensino público de 1º grau.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Tabela 1 encontram-se relacionados alguns indicadores de qualidade de ensino considerados importantes por especialistas em educação.

Esses indicadores nortearam, todo o estudo e, exatamente por isto, decidi nesta conclusão destacar aqueles que se revelaram mais importantes, procurando, através deles, clarear a situação das redes estadual e municipal de ensino de 1º grau de Belo Horizonte, objeto do estudo.

Salário do professor¹

A falta de remuneração adequada inibe a criatividade, gera desânimo e insegurança, revolta, criando um clima derrotista cujo efeito multiplicador é extremamente danoso ao sucesso de qualquer empreendimento. Com respeito exclusivamente ao salário, pode-se constatar uma situação, de novembro de 1992, que deixa perplexa qualquer pessoa com um mínimo de bom-senso:

– a Lei Estadual de 28 de outubro de 1992, publicada na Parte I do Minas Gerais de 29 de outubro de 1992, que “dispõe sobre o reajustamento e a recomposição dos vencimentos...” apresentava, como Anexo I, a tabela de vencimentos dos professores do estado com níveis que variam de P1A, P1B, P1C, P113, P1E até P8E.

Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte apresentava apenas três níveis de vencimentos para os seus professores:

O salário base do P5E do estado, que correspondia ao PM2 da prefeitura, era de apenas Cr\$ 1.401.612,00, ou seja, 2,33 vezes Menor, o que correspondia a 42,86% do salário do PM2.

O salário máximo do estado para o mês de novembro de 1992, correspondente ao do professor P8E (professor titular com doutorado em final de carreira), era de Cr\$ 1.786.490,46, que correspondia a 54,62% do salário do professor PM2 da prefeitura (graduado em licenciatura plena).

Ora, o trabalho do professor da rede estadual não difere do da rede municipal. Logo, apesar de em ambas as redes os salários estarem totalmente divorciados da realidade, é preciso que o governo do estado se conscientize do aviltamento que está impondo ao seu corpo docente e reveja a sua política.

NÍVEL	SÉRIES QUE ATENDE	HABILITAÇÃO MÍNIMA	SALÁRIO BASE
PM1	Pré a 4ª	2º Grau	Cr\$ 1.731,463,00
PM1	Pré a 4ª	Licenciatura ou Pedagogia	Cr\$ 2.725,451,00
PM2	5ª a 8ª	2º Grau Licenciatura Plena	Cr\$ 3.270,541,00

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda.

Matrícula Final

Constatou-se um acréscimo de 12,3% na matrícula final das escolas da rede estadual, no período 1985-1989, e de 85,2% na rede municipal. Entretanto, apesar do elevado crescimento na rede municipal, a estadual apresenta uma demanda final bastante superior, aproximadamente 64%.

Reprovação

Verificou-se que, no período de 1983-1989, a repetência era alarmante, nas duas redes públicas, na 5ª, 6ª e 7ª séries, oscilando entre 29,4% e 54,8%. Alarmante também na 1ª série da rede municipal, oscilando entre 35,7% e 42,8%, uma vez que não existe reprovação na

¹ Os valores citados neste trecho não foram deflacionados. Em 1993 e 1994 o assunto não foi pesquisado, mas pode-se afirmar que a situação não melhorou.

1ª série da rede estadual desde a implantação do CBA, em 1985.

Na 8ª série a repetência, apesar de mais modesta, era bastante grande. Nas duas redes, os índices de reprovação da 5ª à 8ª série são bem superiores aos da 1ª à 4ª série, no período 1985-1989.

A taxa média de reprovação, no período 1983-1989, foi de 21,2% na rede estadual e de 28,3% na municipal.

Aprovação

No período de 1983 a 1989, a taxa média de aprovação foi de 59,3% na rede estadual e de 71,4% na municipal.

Salas de aula *versus* utilização adequada

O coeficiente de utilização de salas de aula em ambas as redes foi acima de 91%. Ao observar a Tabela 3 (ver p. 7), constata-se que o número médio de alunos por sala ficou entre 20 e 40, sendo que nas escolas da rede estadual a maioria das salas têm 35 alunos e as da rede municipal 30.

Considera-se que acima de 20 turmas o trabalho do supervisor pode ser prejudicado, por representar um número excessivo.

Número de turmas por supervisor (Quanto a esse item observa-se)

ABAIXO DE 10 TURMAS	Escola Estadual Escola Municipal	32,1% 60%
ENTRE 10 E 20 TURMAS	Escola Estadual Escola Municipal	39,3% 40%
ACIMA DE 20 TURMAS	Escola Estadual Escola Municipal	17,9% 10,7%
NÃO RESPONDERAM	Escola Estadual Escola Municipal	10,75% 0%

Rotatividade docente

Existe rotatividade em 57,14% das escolas estaduais pesquisadas, sendo que grande parte dessa rotatividade ocorre durante o período letivo, o que é péssimo para o aluno. Na rede municipal há rotatividade em 40% das escolas; em 50% dessas a rotatividade ocorre nas férias.

Quanto às sugestões para evitá-la, 25% das escolas estaduais reivindicaram melhores salários e 20% das municipais sugeriram política que permita ao professor morar próximo da escola.

Convocação de professores

A rede municipal não convoca professores porque a sua legislação de pessoal proíbe esta prática, entretanto, a rede estadual convoca. A convocação pode provocar maior rotatividade

docente e também gerar insegurança, tanto para o convocado quanto para a escola.

Planejamento das atividades da escola

Verificou-se que 46,4% das escolas estaduais e 13,3% das municipais planejam suas atividades nas primeiras semanas do semestre. No meu entendimento, o ideal seria planejar e acompanhar durante o semestre. Sob esse prisma, a rede municipal estaria melhor, pois 80% das suas escolas o fazem durante o semestre. Entretanto, segundo informação da Secretaria de Estado da Educação, é prática da rede estadual planejar nas primeiras semanas e acompanhar esse planejamento.

Avaliação do planejamento

E feita em 85,7% das escolas estaduais e em 100% das municipais, pelos diretores,

supervisores, orientadores educacionais e pelos professores. Uma escola não prestou a informação, e 10,71% das estaduais que não avaliam o planejamento informaram que não o fazem devido à falta de supervisores e orientadores educacionais em seus quadros.

Avaliação do trabalho do professor

É feita em 82,14% das escolas estaduais e 100% das municipais. Dentre as estaduais que não avaliam (14,29%), 50% alegam a falta de supervisor e orientador e 50% não o fazem por não haver cobrança oficial.

Recursos financeiro na década de 80

Tabela 21, mostra na última coluna os recursos médios anuais, em reais, aplicados por aluno na escola de 1º grau pública de Belo Horizonte nos anos 80. Nesses recursos estão incluídos aqueles destinados à assistência ao educando.

Os referidos valores não equivalem a uma vez e meia aos correspondentes valores das mensalidades praticadas pelas escolas de 1º grau particulares de Belo Horizonte, o que demonstra claramente a carência da escola pública e a falta de compromisso do governo e da sociedade com a educação.

O que se pode depreender das observações feitas é que no Brasil, até hoje, o discurso oficial tem colocado em destaque a melhoria da qualidade do ensino, mas, na realidade, apenas tem definido metas quantitativas quase sempre distanciadas das expectativas para um ensino melhor, um ensino baseado na transmissão efetiva do saber acumulado e organizado em instrumentos para a sua aquisição e o seu uso.

A preocupação com a expansão numérica mascarou a devida discussão sobre os meios de manter a população escolarizável na escola até completar sua educação.

Ao modelo concentrador de capital, implantado sobretudo a partir de 1964, interessa

a expansão do ensino, mas não interessa que a qualidade desse ensino enseje a possibilidade de todos participarem dos lucros desse capital, a não ser para aqueles que o próprio sistema seleciona para que sejam herdeiros do capital, ou seja, a classe dominante.

Por outro lado, apesar de tudo, houve também um ganho para as camadas populares, que foi o acesso à escola. Se de início elas não chegaram a perceber que representavam nas relações sociais de produção apenas uma massa desqualificada, do ponto de vista do saber elaborado, hoje, percebe-se um movimento crescente, com vista à abertura de caminhos para a construção de uma nova escola brasileira que incorpore as qualidades necessárias a uma escola realmente produtiva e útil a todos.

Em Minas Gerais, a Resolução nº 5. 231/84, de 6 de dezembro de 1984, que instituiu o CBA, dispôs fosse o mesmo desenvolvido em dois anos letivos, com a aglutinação dos objetivos e das atividades de 1ª e 2ª séries.

A alfabetização foi entendida como um todo indivisível, desfazendo a tradicional prática de promoção da primeira e segunda série, fomentadora do fenômeno repetência.

Nos dados pesquisados observou-se que a reprovação na 3ª série da rede estadual foi: em 1986, 24,97%; em 1987, 27%; em 1988, 23,9% e em 1989, 24,5%. Tratase de um percentual alto e persistente que parece indicar apenas a transferência do fenômeno reprovação, da primeira para a terceira série.

Entretanto, é preciso que se dê mais tempo e se aguardem os resultados da última avaliação do CBA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Ângela Vinagre. História da educação brasileira, o problema de sua periodização. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 69, n. 161, p. 112-141, jan./abr. 1988.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Analisando a municipalização do ensino. *Ande*, São Paulo, n. 3, p. 31-35, jan./jun. 1988.

- BACHA, Edmar L. O Brasil e a crise do petróleo: análise e perspectivas. *Revista de Finanças Públicas*, n. 335, jul./set. 1978.
- BASTOS, C. As futuras bases da descentralização. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 60/ 61, p. 177-194, jan./jul. 1985.
- BELTRÃO, Hélio Marcos Pena. *Descentralização e liberdade*, 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 1984.
- BROOKE, Nigel. Os condicionantes da descentralização da educação: um roteiro de estudo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 70, p. 3-95, ago. 1989.
- BROOKE, Nigel. A municipalização do ensino básico em Minas Gerais: quebra e recomposição do pacto federalista. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, n. 3, p. 20-29, set./dez. 1988.
- CÉSAR, Zenite Terezinha Ribas. Municipalizar o ensino de 1º grau: uma questão desafiadora. *Terra e Cultura*, Londrina, n. 6, p. 11-18, 1986.
- COELHO, M. I. M. *Reinventando o poder na e pela educação: utopia e realidade*. Rio de Janeiro, 1988. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, UFRJ.
- COSTA, Heloísa Podicarmo Oliveira da. *Municipalização do ensino de 1º grau: uma estratégia de descentralização*. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, UFF.
- CPERS denuncia a municipalização do ensino no Rio Grande do Sul. *Educação Municipal*, São Paulo, n. 4, p. 87-90, dez. 1988.
- DEMO, Pedro. Educação, cultura e poder: hipóteses sobre a importância da educação para o desenvolvimento. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 41, p. 12-21, maio 1982.
- DEMO, Pedro. Debates: educação e políticas públicas, políticas públicas e educação. *Encontros e Debates*, Brasília, n. 1, p. 73-81, 1987.
- EVERITT, B.S. *The analysis of contingency tables*. London: Chapman & Hill, 1977.
- FLETCHER, Philip R.; CASTRO, Cláudio de Moura. *Os mitos, as estratégias e as prioridades para o ensino de 1º grau*. Brasília: Ipead/CN, 1985.
- FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A.; TOLEDO, G. L. *Estatística aplicada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1982.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Assessoramento e Programas Especiais Biblioteca. *História da educação em Minas Gerais*, 1930,1970: bibliografia. Belo Horizonte, 1984.
- GADOTTI, Moacir. Educação municipal e poder popular. *Educação Municipal*, São Paulo, n. 4, p. 60-66, dez. 1988.
- GOVERNAR É: diretrizes para um plano de governo em Minas; documento apresentado pelo PMDB. Belo Horizonte, 1982.
- LAGOA, Ana. Municipalização: ela só trará a democratização se todos participarem. *Nova Escola*, n. 23, p. 12-21, ago. 1988.
- COCHRAN, W. G. *Samplings Techniques*. New York: John Wiley & Sons, p. 206, 1977. (33 ed.)
- A LEI Nº 5.692 e a manutenção do "ensino ornamental". *Revista Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 3, n. 16, p. 1-4, jul./ago. 1985.
- MELCHIOR, José Carlos de Araújo. Financiamento da educação no Brasil numa perspectiva democrática. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 34, p. 39-83, ago. 1980.
- MCCLEARY, R.; HAY Jr., R. A. *Applied time series analysis for the social sciences*. London: Sage, 1980.
- MELLO, Guiomar N. A descentralização que vem do Centro. *Educação Municipal*, n. 1, p. 46-59, jun. 1988.
- PICANÇO, Iracy S. Constituinte e escola básica: acesso e qualidade. *Revista Pedagógica*, Belo Horizonte, n. 31, p. 42-44, jan. / fev. 1988.
- RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência: *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, n. 97, v. 19, 1990.
- RODRIGUES, Neidson. A gestão pública da educação: responsabilidade da União, dos estados e dos municípios. *Alerta*, n. 30, jun. 1986.
- RODRIGUES, Neidson. *Da mistificação da escola à escola necessária*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930/1973*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Educação para mudança*. Belo Horizonte, 1983.
- STEVENSON, Willian J. *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harper & Row 1981.
- SELLITIZ et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Trad. por Dante Moreira Leite. São Paulo: Herder: Editora da USP, 1971.
- SOUZA, Hamilton de. Prepare-se: o ensino começa a mudar de mãos. *Nova Escola*, São Paulo, v. 2, n. 17, p. 30-39, nov. 1987.
- VARANDAS, DT. *Recursos financeiros e educação no poder público municipal: o caso de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Departamento de Estatística da UFMG, 1994. Relatório.
- VIANNA, Heraldo Marelin. Evasão, repetência e rendimento escolar – a realidade do sistema educacional brasileiro. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 4, p. 87-92, jul./dez. 1991.
- WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.